

# A ARQUEOLOGIA PÚBLICA NA AMÉRICA LATINA E SEU CONTEXTO MUNDIAL

*Pedro Paulo A. Funari*

Departamento de História do IFCH/UNICAMP,  
Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da USP,  
Illinois State University e Universidad de Barcelona. Pesquisador do CNPq.

---

Este artigo trata da Arqueologia pública na América Latina, entendida como uma pergunta: quem se beneficia da Arqueologia? Trata da relação entre os arqueólogos e os indígenas e seus direitos. Países com uma maioria de não-índios tradicionalmente excluía os nativos do discurso da construção da nacionalidade, enquanto alguns outros os idealizaram na chamada ideologia Indigenista. O nacionalismo patrocinou *ethos* e costumes nacionais, não indígenas. Os arqueólogos, em geral, não estão conscientes das questões indígenas e a Arqueologia de contrato complicou ainda mais a situação nas últimas décadas. Os grupos indígenas sofrem, muitas vezes, restrições das autoridades, com a cumplicidade de arqueólogos. Há pouco, contudo, diversos arqueólogos têm desafiado os discursos e práticas opressivos e tem interagido com os nativos.

Palavras-chave: Arqueologia Pública, Povos Indígenas, Arqueologia por Contrato.

*This paper deals with public archaeology in Latin America, understood as an enquiry: who benefits from archaeology? It focuses on the relationship between archaeologists and indigenous peoples and their rights. Countries with a majority of non-Indian populations traditionally excluded narratives from the nation building discourse, whilst some others forged idealised natives in the so-called Indigenismo ideology. Nationalism strongly enforced national, non-native ethos and mores. Archaeologists are usually unaware of Indian issues and contract archaeology has further complicated the situation in the recent decades. Indigenous groups are often restricted by the authorities with the assistance of archaeologists. Recently though several archaeologists have been challenging oppressive discourses and practices and are now interacting with natives.*

*Keywords: Public archaeology, Indigenous Peoples, Contract Archaeology.*

Qual o estatuto epistemológico da Arqueologia pública, em geral, e na América Latina, em particular? Talvez a resposta mais simples seja um retorno à questão clássica: *cui bono*? A Arqueologia era considerada uma disciplina despreocupada com as implicações mundanas de sua prática, como se a ciência se pudesse desvincular dos interesses de estados, grupos e indivíduos. Esta compreensão ingênua tem sido desafiada, nas últimas décadas, a partir de diversos setores. De fora da Arqueologia, o pós-modernismo tem sido uma ferramenta poderosa para a desconstrução de discursos científicos supostamente neutros. No interior da Arqueologia, uma mudança semântica pode ser localizada na reinterpretação, por parte de Michael Shanks e Christopher Tilley, da própria palavra Arqueologia: “o estudo do poder”, não apenas um distante e asséptico “estudo do passado” (Shanks e Tilley, 1987). Isto foi em 1987 e, nos últimos quatorze anos, desenvolveu-se toda uma literatura devotada à etnicidade, ao nacionalismo, à identidade cultural e à política, com grande impacto na Arqueologia como disciplina (Kohl & Fawcett, 1995). A Arqueologia tem estado na linha de fogo; *cui bono*, quem se beneficia com a Arqueologia?

As narrativas históricas e arqueológicas imbricam-se com as realidades sócio-políticas e com as questões materiais de maneira muito tangível. A Arqueologia surgiu das relações ideológicas entre a exploração, o mercantilismo, o colonialismo e o primitivismo (Meskell, 1998). Neste contexto, a Arqueologia pública é entendida, aqui, como mais do que sua conotação tradicional de “abertura para o público”. De forma crítica, entende-se como uma interrogação: *cui bono*, “quem se beneficia” da prática e teoria arqueológicas, do discurso arqueológico? Originalmente, *cui bono* era

uma expressão jurídica latina que visava buscar identificar os motivos dos envolvidos em um caso de disputa legal, mas podemos aplica tal conceito a atividades coletivas, como a Arqueologia (Ascherson, 2000; Storey, 2000). A Arqueologia Pública, assim, posiciona-se no mundo real dos conflitos econômicos e das lutas políticas. A Arqueologia confronta-se com a ética. Há muitos temas relativos aos interesses na Arqueologia, mas um dos mais importantes refere-se à posição dos direitos humanos na Arqueologia e, em especial, os direitos das populações indígenas em participar ou, ao menos, compartilhar das decisões sobre o manejo de seus sítios e de seu patrimônio material. Isto é particularmente importante na América Latina, continente habitado por milhões de indígenas dizimados pelos colonizadores europeus e cujos descendentes são, na maior parte dos casos, explorados e excluídos do poder. Sua exclusão é, também, ideológica, na tentativa dos estados nacionais de “civilizar”, ou seja de assimilá-los, destruindo sua auto-estima e identidade (Patterson, 1997).

Nesta ocasião, tratarei de apenas deste aspecto da Arqueologia pública em nossa região. Diversos outros aspectos também são importantes, como a venda de antigüidades furtadas, a representação da Arqueologia na mídia e o tratamento das pessoas comuns por parte do discurso arqueológico (Funari, 2000a). Os direitos indígenas são, contudo, uma questão ubíqua e, em certo sentido, intrínseca a qualquer atividade arqueológica na América Latina. A Arqueologia foi introduzida, aqui, já no século XIX como o estudo do “outro”, o indígena, primeiro por parte de estrangeiros e, depois, por estudiosos locais (Politis, 1995;2000; Ferreira, 1999; Langer, 2001). Os arqueólogos estavam ao dia com os preconceitos antropológicos de sua

época e consideravam os nativos como bárbaros primitivos sem quaisquer direitos (Patterson, 1997). Até a Segunda Guerra Mundial, era comum encontrar estudiosos propondo, de forma direta, o extermínio indígena (Funari, 1999) ou, ao menos, sua aculturação até o desaparecimento. As elites de alguns países, como Argentina, Chile e Uruguai, construíram suas identidades nacionais como culturas puramente européias na América do Sul. Os nativos eram considerados não existentes, como na Argentina e Uruguai, ou eram encarados como minorias marginais, como no Chile. As elites do Brasil, onde um terço da população tem algum tipo de ascendência indígena (Funari, 2000b), forjou uma identidade nacional que excluía os bárbaros índios da mescla nacional brasileira. Os brasileiros podem ter sangue indígena, mas não seriam mais nativos, se “civilizados”. Outros países com grandes contingentes indígenas foram submetidos a políticas contraditórias, por parte de suas elites, que se consideravam ibéricas, brancas e de fala castelhana e que idealizaram os nativos na chamada ideologia do Indigenismo. Este movimento desenvolveu-se, em maior medida, no Peru e no México, na década de 1920. Era uma grande manifestação de nacionalismo, glorificando os antigos impérios pré-coloniais de maneira a legitimar os estados nacionais modernos. Como houve estados poderosos no passado, com governantes e governados, também agora os estados nacionais seriam caracterizados por tal dicotomia. A Arqueologia teve um papel importante na legitimação dessa exclusão dos nativos de verdade, à diferença daqueles idealizados. Muitos países possuem grandes populações, mas apenas o Paraguai, de forma reduzida, permite o uso de uma língua indígena, o guarani, nos meios de comunicação.

O nacionalismo fundou-se na homogeneidade (Jones, 1997) e o princípio de uma única língua (ou seja, espanhol ou português) foi posto em prática de forma incisiva. Neste contexto mais amplo, a Arqueologia mudou, de maneira radical, nas últimas duas décadas, na América Latina. Até a década de 1980, muitos países viviam sob ditaduras e a liberdade de expressão era excepcional. Contra-discursos, contudo, foram formulados desde aquela década, na sociedade em geral, e na Arqueologia, em conseqüência. Quando, nos anos 1980, o Congresso Mundial de Arqueologia passou seu Código de Ética relativo aos direitos indígenas, houve surpresa na América Latina, pois a maioria dos arqueólogos nunca havia confrontado essa questão e preferia descartá-la. Afinal, pensava-se, não havia grupos indígenas, havia apenas os cidadãos dos diversos países! Além disso, os poucos grupos indígenas, supunha-se, viviam em áreas isoladas e deviam ser estudados pelos antropólogos, não pelos arqueólogos, preocupados apenas com a ciência. Em diversas reuniões científicas, tornou-se comum testemunhar discussões entre arqueólogos atônitos e antropólogos, aqueles argumentando que eles têm direito científico sobre seu material, os últimos enfatizando que há comunidades indígenas que contestam tal direito. Ainda mais raro é encontrar indígenas em reuniões arqueológicas.

A Arqueologia de contrato complicou, à sua maneira, a situação, pois se pode pressionar os arqueólogos a produzirem relatórios de levantamentos arqueológicos que atestem a ausência de sítios, até mesmo em detrimento de grupos indígenas atuais (cf. Funari, 2001). De forma que tais grupos podem sofrer restrições, em vez de apoio, da Arqueologia, uma disciplina que poderia servir para preservar seus direitos. A Arqueologia de Contrato constitui, as-

sim, um dos grandes desafios para a Arqueologia Pública. A Arqueologia de Contrato, em si mesma, é um resultado positivo do declínio das ditaduras na região, pois é uma maneira muito importante e efetiva de preservar o patrimônio para as futuras gerações. Muitos países, estados ou províncias e municipalidades introduziram legislação de proteção arqueológica e da realização obrigatória de trabalhos de resgate (Goodby, 1994; Caldarelli & Santos, 2000). Contudo, a Arqueologia de Contrato não é normalmente ligada a um engajamento ativo com comunidades indígenas. Em países com restos pré-colombianos impressionantes, como o México (Díaz-Polanco, 1989; Bate, 1998; Fahmel Bayer, 1999), o Peru (Lumbreras, 1981), a Colômbia (Gnecco, s.d.; Gnecco, 1999), a Guatemala (Mendoza, 1996), a Venezuela (Vargas, 1990; Vargas & Sanoja, 1994) e o Equador (Adoum, 1986/7), o turismo relaciona-se ao patrimônio indígena. Nesses países, há muitos arqueólogos desafiando os discursos tradicionais opressivos a respeito das sociedades indígenas, a partir de diferentes perspectivas. Na década de 1970, a auto-entitulada “Arqueologia Social Latino-Americana” propôs uma compreensão crítica do passado, visando desmascarar a exploração dos indígenas (Fournier, 1999). Muitos outros arqueólogos preocuparam-se, desde então, a interagir com os nativos: vivendo com os eles, estudando sua cultura material, mas também interagindo com eles de forma ativa a fim de proteger seus direitos. Isto tem ocorrido em países como a Colômbia (Politis, 1996) e o Brasil (Oliveira, 1996; Noelli, 2000; Soares, 1997; Garlet & Soares, 1999; Baeta, 2000; Silva, 2000). Outras vias interessantes são os estudos das percepções indígenas do mundo, na América Latina em geral (Brotherston, 1992) e a relação entre Arqueologia, Educação e a construção do “indígena

bárbaro” (Podgorny, 1999), assim como os estudos sobre o uso dos indígenas para a construção da disciplina arqueológica (Ferreira, 1999; Langer, 2001; Tamanini, 1999; Oliveira, 2001).

No Congresso Mundial de Arqueologia 4, na África de Sul, em 1999, um representante indígena do Uruguai, Rodolfo Martínez Barbosa juntou-se a seu pares de outros cantos do mundo para discutir a relação entre a Arqueologia e os povos indígenas. Na América Latina este é um aspecto ético importante da atividade arqueológica e a colaboração entre nativos e arqueólogos está apenas começando. Contudo, um número crescente de arqueólogos está interessado em explorar este caminho. A Arqueologia Pública não se relaciona apenas a questões indígenas, mas é uma preocupação cada vez mais importante para os arqueólogos conscientes de suas responsabilidades sociais. Retornando ao início deste *paper: cui bono?* Não há uma Arqueologia neutra e a Arqueologia Pública torna-se, a cada dia, mais popular na América Latina. Ainda é uma preocupação minoritária, mas há uma tendência clara em direção a um engajamento social da disciplina.

**AGRADECIMENTOS** - Este artigo representa, na substância, trabalho publicado na revista *Public Archaeology* (1, 2001, 239-243, Londres), apresentado em Mesa-Redonda na SAB (Rio de Janeiro, 2001), com a participação de Ana Piñon, Jorge Eremites de Oliveira, Nanci Vieira Oliveira e Elizabete Tamanini. Agradeço aos seguintes colegas: Rosângela Adoum, Neal Ascherson, Alenice Baeta, Luis Felipe Bate, Gordon Brotherston, Solange Caldarelli, Hector Díaz-Polanco, Bernardo Fahmel-Bayer, Ivori José Garlet, Siân Jones, Patricia Fournier, Cristóbal Gnecco, Edgar Gutierrez Mendoza, Lúcio Menezes Ferreira, Francisco Silva Noelli, Jorge Eremites de Oliveira, Thomas Patterson, Irina Podgorny, Gustavo Politis, Mario Sanoja, André Luís Soares, Glenn Storey, Elizabete Tamanini, Iraida Vargas, Peter Ucko, Andrés Zarankin. A responsabilidade pelas idéias restringe-se ao autor. Devo mencionar, ainda, o apoio institucional da FAPESP.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADOUM, R. 1986/1987. Para uma outra leitura da História. *História*, São Paulo, 5/6:97-100.
- ASCHERSON, N. 2000. Editorial, *Public Archaeology*, 1 (1): 1-4.
- BAETA, A. M. 2000. Aspectos sobre o processo de contacto entre colonizadores e abrigos arqueológicos encantados, Parque Sete Salões, Serra Takrukkrak, Valeo do Rio Doce, MG, *O Carste*, 12(2):68-74.
- BATE, L. F. 1998. *El Proceso de Investigación en Arqueología*. Barcelona, Crítica.
- BROTHERSTON, G. 1992. *Book of the Fourth World: Reading the Native Americas through Their Literature*. Cambridge, Cambridge University Press.
- CALDARELLI, S. B. & SANTOS, M. do C. M. M. 2000. Arqueologia de Contrato no Brasil, *Revista USP*, 44, 52-73.
- DÍAS-POLANCO, H. 1989. The ethnic question and social change in Latin America, *World Archaeological Congress*, 3: 52-59.
- FAHMEL-BAYER, B. 1999. Academia y cultura en Mesoamérica: dos realidades? *Anais da I Reunião de Teoria Arqueológica na América do Sul*, Ed. by P. A. Funari, E.G. Neves & I. Podgorny, São Paulo, MAE-USP, pp.235-244.
- FERREIRA, L.M. 1999. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a construção da Arqueologia Imperial, *Revista de História Regional*, 4(1):9-36.
- FOURNIER, P. 1999. La Arqueología Social Latinoamericana: caracterización de una posición teórica marxista, *Sed non Satiata: Teoría social en la Arqueología Latinoamericana Contemporánea*, Ed. by A. Zarankin & F. A. Acuto, Buenos Aires, Tridente, pp.17-32.
- FUNARI, P.P.A. 1999. Brazilian archaeology: a reappraisal, *Archaeology in Latin America*, Ed. by G. Politis & B. Alberti, London, Routledge, pp.17-37.
- . 2000a. Archaeology, education and Brazilian identity, *Antiquity*, 74(283):182-185.
- . 2000b. O Brasil antes dos portugueses, *Ciência Hoje*, 28 (163): 75-77.
- . 2001. Public archaeology from a Latin American perspective, *Public Archaeology*, 1(4):239-243.
- GARLET, I. J. & SOARES, A. L. 1999. Cachimbos Mbyá-Guarani: aportes etnográficos para uma Arqueologia guarani, *Cultura Material e Arqueologia Histórica*, Ed. by P.P.A. Funari, Campinas, IFCH-UNICAMP, pp.251-274.
- GNECCO, C. s./d. *A critical appraisal of Colombian archaeology*. Unpublished manuscript.
- . 1999. Archaeology and historical multivocality: a reflection from the Colombian multicultural context, *Archaeology in Latin America*, Ed. by G. Politis & B. Alberti, London, Routledge, pp.258-270



- GOODBY, R. G. 1994. Processualism, postprocessualism, and cultural resource management in New England, *Cultural Resource Management. Archaeological Research, Preservation Planning, and Public Education in the Northeastern United States*, Ed. By J.E. Kerber, Connecticut, Westport, pp.51-63.
- JONES, S. 1997. *The Archaeology of Ethnicity, Constructing identities in the past and present*. London, Routledge.
- KOHL, P. & FAWCETT, C. 1995. *Nationalism, Politics, and the Practice of Archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press.
- LANGER, J. 2001. Os enigmas de um continente: as origens da Arqueologia americana, *Estudos Ibero-Americanos*, 27(1):143-158.
- LUMBRERAS, L. G. 1981. *La Arqueología como Ciencia Social*. Lima, Peisa.
- MENDOZA, E. G. 1996. *Posiciones Teóricas en la Arqueología de Guatemala*. Guatemala, Escuela de Historia.
- MESKELL, L. 1998. Archaeology matters, *Archaeology Under Fire, Nationalism, politics and heritage in the Eastern Mediterranean and Middle East*, Ed. By L. Meskell, London, Routledge, pp. 1-13.
- NOELLI, F. S. 2000. A ocupação humana na Região Sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas – 1872-2000, *Revista USP*, 44:218-269.
- OLIVEIRA, J. E. 1996. *Guatô– Argonautas do Pantanal*. Porto Alegre, Edipucrs.
- . 2001. A História indígena em Mato Grosso do Sul, Brasil: dilemas e perspectivas, *Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, 2(2):115-121.
- PATTERSON, T. 1997. *The Invention of Western Tradition*. New York, Monthly Review Press.
- PODGORNY, I. 1999. *Arqueología de la Educación, Textos, indicios, monumentos*. Buenos Aires, Sociedad Argentina de Antropología.
- POLITIS, G. 1995. The socio-politics of archaeology in Hispanic South America, *Theory in Archaeology, A world perspective*, Ed. By P. Ucko, London, Routledge, pp.197-235.
- POLITIS, G. 1996. *Nukak*. Santafé de Bogotá, Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas.
- SHANKS, M. & TILLEY, C. 1987. *Re-Constructing Archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press.
- SILVA, F.A. 2000. *As tecnologias e seus significados. Um estudo da cerâmica dos Asurini do Xingu e da cestaria dos Kayaopó-Xikrin sob uma perspectiva etnoarqueológica*. São Paulo, unpublished PhD dissertation.
- SOARES, A.L. 1997. *Guarani. Organização Social e Arqueologia*. Porto Alegre, Edipucrs.
- STOREY, G. 2000. *Cui bono?* Na economic cost-benefit analysis of statuses in the Roman Empire, *Hierarchies in Action: Cui Bono?*, Ed. by M. W. Diehl, Illinois, pp.340-374.

TAMANINI, E. 1999. Museu, Arqueologia e o Público: um olhar necessário, *Cultura Material e Arqueologia Histórica*, P.P.A. Funari (Ed.), Campinas, IFCH-UNICAMP, pp. 179-220.

VARGAS, I. 1990. *Arqueología, Ciencia y Sociedad*. Caracas, Abre Brecha.

VARGAS, I. & SANOJA, M. 1994. Education and the manipulation of history in Venezuela, *The Excluded Past, Archaeology in Education*, ed. By P.G. Stone and R. MacKenzie, London, Routledge, pp.50-60.